

FONTES HISTÓRICAS JESUÍTICAS: MANUSCRITOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO CATALOGADOS PELO PROJETO RESGATE

Jesuit Historical Sources: Manuscripts of the Arquivo Histórico Ultramarino Cataloged by Projeto Resgate

Luiz Gustavo Lima Freire¹

RESUMO

O objectivo desse artigo é apresentar e divulgar as fontes documentais relativas aos jesuítas (documentos manuscritos) do fundo Reino, do Arquivo Histórico Ultramarino, que nesse momento estão sendo catalogadas pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Palavras-chave: História, Educação, Jesuíta, Arquivo.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present and disseminate the documentary sources relating to the Jesuits (written documents) of the Reino Fund, the Arquivo Histórico Ultramarino, which at that time are being cataloged by Projeto Resgate: Barão do Rio Branco.

Keywords: History, Education, Jesuit, File.

Os Jesuítas

A Companhia de Jesus foi, do século XVI ao XVIII, uma ordem religiosa que exerceu uma grande e “repentina” liderança no mundo ocidental, mas não só. Utilizando “novos” métodos, alguns deles pouco convencionais, formou as elites culturais e políticas, combateu o protestantismo, pregou a renovação da velha cristandade e “conquistou” culturas e povos (alguns deles orientais) até então adversos ao cristianismo. Partindo de uma perspectiva antecipada das realidades locais (etno-antropológica) e valendo-se de um enorme sentido de praticidade e de eficácia na realização de objectivos, desenvolveu processos de ensino da doutrina cristã. Através do comércio e da racionalização eficiente de meios e recursos, adquiriram meios materiais para sustentarem as suas missões, para pagarem os evangelizadores, os espaços materiais e para aumentarem as suas propriedades. Conquistaram um grande poder pois eram altamente preparados do ponto de vista (técnico-científico) além de serem relativamente “tolerantes” quanto a moral da época. A ordem de Santo Inácio foi uma organização tão devotada, que em “pouco tempo” conquistou uma grande autonomia financeira, divulgou o sucesso dos seus empreendimentos e rebateu seus adversários, provocando a admiração de muitos e a irritação de tantos outros (Franco, 2007).

¹ Doutorando em Psicologia da Educação pela FPUL – Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e bolsista da FCT, Fundação de Apoio à Ciência e à Tecnologia a quem agradece o incentivo. Actuou como investigador do Projeto de Documentação Histórica “Resgate: Barão do Rio Branco” do Ministério da Cultura do Brasil, no Arquivo do IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical “Histórico Ultramarino” de Lisboa e na Biblioteca Nacional de Portugal. E-mail: luizgustavolfreire@ig.com.br

Desde o período Medieval que a credibilidade da Igreja vinha sendo questionada, por isso, e dada a ameaça Luterana e Calvinista, a Companhia de Jesus figurava como uma milícia capaz de ajudar na reforma interna da instituição, na contra-reforma (Schwanitz, 2006) e também no processo de colonização brasileiro. O sistema de capitanias hereditárias não era eficiente. Era necessário converter os índios, “civilizá-los” e integrá-los ao mundo do trabalho e da “produção”. Assim, foram criadas as missões ou aldeias de catequização para doutrinar, inculcar o hábito do “trabalho” e defender o que já havia sido conquistado. O próprio sentido da palavra companhia, que quer dizer, sociedade, associação de pessoas, grupo organizado com um objectivo específico ou subdivisão do exército comandada por um capitão, denuncia o seu espírito combativo².

Tratava-se de uma partilha de objectivos, uma vez que tanto a Igreja quanto o Estado pretendiam expandir os seus limites, assim, os jesuítas podem ser considerados o produto de um interesse mútuo entre a Coroa e o Papado, já que os dois desejavam conquistar, defender novas fronteiras, integrar interesses leigos e cristãos e organizar o trabalho no “novo mundo”. Note-se que em Portugal existia o “padroado” ou seja, os inicianos eram funcionários do governo, e também regulares e seculares, dito de outra forma, uma ordem com estatuto e autoridade própria, cujos sacerdotes ordenados também podiam actuar no “mundo” (Vainfas, 2000).

Os Jesuítas possuíam uma boa e “inovadora” rede de comunicação que funcionava, como convinha a uma “companhia”, hierárquica e verticalmente. Ela estava baseada em cinco princípios básicos: a) a perfeição humana através de Deus e dos homens, b) a obediência absoluta aos superiores, c) uma disciplina severa e rígida, d) uma grande hierarquia e e) uma valorização da aptidão pessoal dos seus membros (Teixeira e Cordeiro, 2008, Costa e Lima, 2008).

A Companhia de Jesus foi, juntamente com a Inquisição, o maior aparelho da Contra-Reforma católica posta em andamento pelo Concílio de Trento (1545-1563). Do século XVI ao XVIII desenvolveram-se abundantes obras e actividades na área da educação. A mais importante, talvez tenha sido a *Ratio Studiorum Societatis Jesu* (1599) método de estudo a ser utilizado nos colégios da Companhia de Jesus, que tinha sido criada por Inácio de Loiola e reconhecida pela Bula do papa Paulo III, assinada em 27 de Setembro de 1540. O *Ratio Studiorum* não foi um tratado pedagógico, mas uma colectânea de regras práticas para serem utilizadas sistematicamente nas aulas. Era um método baseado na filosofia Aristotélica e de S. Tomás de Aquino, que tinha a finalidade precisa de treinar bons soldados da Igreja, capazes de combater na Europa os heréticos e rebeldes, e no resto do mundo converter os pagãos (idem; Freire, 2007a, 2007b).

Os inicianos representavam a ortodoxa ideologia católica. Nesse sentido, eles podem ser considerados soldados de Deus e dos reis, pois estiveram ao seu serviço, invadindo os territórios com o objectivo de “restabelecerem” o domínio da Igreja e

² Definição dada pelo Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

consolidarem os absolutismos reais. Portanto, para compreendermos a Companhia de Jesus, os seus propósitos e a forma como desenvolveu um “sistema” educacional tão “potente e abrangente” antes, é necessário reconhecer o seu carácter político.

No caso do Brasil, a actividade dos inacianos foi qualificada como um sistema retórico milico-católico do tempo das Cruzadas adaptado a uma nova milícia, que teve em Manuel I, o suporte iniciador, quando ele, rei a suceder João II, preterindo a Ordem de Santiago e seu almirante Vasco da Gama, em favor da Ordem de Cristo e do condestável Pedro Álvares Cabral, deu as condições institucionais para a alteração do conceito das expedições científico-mercantis pedro-joaninas, transformando-as em armadas coloniais do absolutismo manuelino-bragantino. O poder na Casa Real Portuguesa, que o Vaticano não tivera acesso com João II, chegou-lhe de mão beijada com o bragantino Manuel I, e foi aí que o surgimento da Companhia de Jesus mereceu todo o apoio do Papado enquanto milícia mística para abrir os caminhos da colonização luso-vaticana nas terras da Vera Cruz. Assim, as acções praticadas pelos Jesuítas não poderia ter como base cultural outra proposta que não fosse a cultura do poder colonial/colonizador (Barcellos, 2008).

Os jesuítas tiveram um profundo impacto na cultura, na sociedade e na história da educação brasileira. O objectivo da instrução que ofereciam era controlar a mente e o comportamento das pessoas. Eles empreenderam um método pedagógico radical, tanto do ponto de vista das suas finalidades, quanto do ponto de vista dos seus processos pedagógicos. Tratava-se de um modelo que relegava a importância da introspecção, e baseava-se em mecanismos de controlo do comportamento, principalmente assentes em processos associativos e memorísticos.

A Companhia de Jesus foi extinta oficialmente e em todo o mundo pela Santa Sé em 1773. Em Portugal e no Brasil, os inacianos foram responsáveis pela educação durante 210 anos, quando em 1759 foram expulsos pelo Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, que influenciado pelo humanismo, renascimento, emergência do capitalismo, da burguesia, reforma, contra-reforma e revolução científica, atribuiu um valor económico, ideológico e político à educação, contribuindo para que a monarquia descobrisse a instrução como um instrumento do Estado-nação e abrindo espaço para a educação pública nacional (Freire, 2007a, 2007b).

Enquanto a ortodoxia católica defendia a todo custo o pensamento e a tradição do governo absoluto, estritamente confinado a pureza da fé, definidos pelo Santo Ofício, pelo ensino da Companhia de Jesus, pelas letras sagradas ou profanas e por um complicado sistema de censura, o Marquês de Pombal pregava a necessidade de libertar Portugal da “ensimesmada reclusão” em que se encontrava mergulhado, abrindo-o amplamente ao espírito científico moderno. Para tal era necessário fazer reformas e adoptar novas leis que pudessem atingir os diferentes domínios coloniais, entre eles, o Brasileiro (Ferrer, F. 1998; Dias E. 2005).

O século VXIII ou o século das *Luzes* caracterizou-se, entre outras coisas, pela separação da Igreja e do Estado, especificamente pela afirmação dos direitos desse sobre a

Santa Sé e pela crença na força da educação universal. A ascensão ao uso da razão, exigia que os indivíduos se libertassem do pensamento tutelado, desse modo a separação da Igreja e do Estado requeria também a separação da Escola e da Igreja, pois só um sistema de educação nacional, neutro religiosamente, seria capaz de fazer indivíduos racionais e preparados para a cidadania com os seus direitos e deveres. A implementação da Escola obrigatória, gratuita e laica constituía-se na pedra de toque do ideal pedagógico cívico, porque pretendia legitimar a constitucionalização das liberdades (inclusive religiosas) a soberania nacional, a paz civil, o direito público moderno e a democracia. A tradição e o ensino jesuíta, dessa forma passaram a ser inadequados, porque na idade da razão eram “intolerantes, anti-racionais, anti-nacionais e anti-patrióticos” (Catroga, 2006: 37). Sendo assim, as suas preocupações deveriam passar a centrarem-se apenas na doutrina e nos sacramentos.

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco³, do Ministério da Cultura do Brasil, através da sua Secretaria de Articulação Institucional, vem descrevendo e digitalizando o acervo do AHU concernente ao Brasil. Trata-se do tratamento e difusão de um património documental comum, que constitui o cume da unidade político-administrativa do período da colonização portuguesa no Brasil. Esse Projeto está inserido no âmbito da Comissão Bilateral Luso-brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Património Documental (COLUSO) e surge na sequência da implementação por parte da UNESCO, desde 1959, de projectos e políticas na área do património arquivístico comum aos vários países que mantiveram relações históricas.

Os seus investigadores descreveram e microfilmaram as mais de 28 “séries” do Arquivo Histórico Ultramarino, que dizem respeito às diversas capitânias brasileiras, bem como “séries” que abrangem outras áreas do império português, e que directa ou indirectamente interligam-se com o Brasil, por questões económicas, administrativas, políticas ou por laços de parentesco entre os diversos agentes da governação portuguesa no Brasil e no ultramar lusitano (Dias, 2007a, 2007b). O acervo do AHU e dos outros arquivos europeus trabalhado pelo Resgate, encontra-se disponível aos pesquisadores brasileiros, que podem consultá-lo, na forma de CDs e microfimes, doados a arquivos públicos, universidades e bibliotecas brasileiras.

O Resgate teve início em 1995, e é um projeto arquivístico de cooperação internacional e de “pesquisa remota” pois proporciona aos pesquisadores, à distância, a possibilidade de lerem os documentos através de microfimes e CD-ROMs. Nesse empreendimento colaboram vários ministérios, entre os quais, o das Relações Exteriores, universidades públicas e privadas, fundações e instituições culturais e de apoio à pesquisa brasileiras e estrangeiras, institutos histórico-geográficos, prefeituras, empresas privadas,

³ Para saber mais sobre o Projeto Resgate pode-se consultar Dias, E; Freire, L. Projecto resgate: ampliando os horizontes da história luso-brasileira. Poligrafia – Arouca (no prelo).

além dos arquivos europeus, que acolhem e disponibilizam o acesso à infra-estrutura e ou à informação, entre eles, o Arquivo Histórico Ultramarino, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e a Fundação Calouste Gulbenkian. Ressalta-se ainda, a equipe mutável de mais de uma centena de pesquisadores, predominantemente brasileiros, mas também portugueses, que tem actuado nos arquivos de Portugal, Espanha, Itália, Vaticano, Inglaterra, França e Holanda. O Barão do Rio Branco empresta seu nome ao Projeto, porque como Ministro das Relações Exteriores do Brasil no início do século XX, interessou-se enormemente pela recuperação da informação histórica brasileira, tendo mandado pesquisadores para arquivos europeus com o objectivo de copiarem documentos (Bellotto: 2005).

O Projeto foi concebido como integrante das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos portugueses e está ancorado no Programa da Unesco do Guia de Fontes para a História das Nações, embora seja mais ambicioso, pois no que diz respeito ao Arquivo Histórico Ultramarino, tem elaborado catálogos de verbetes com a descrição de cada um dos documentos, de introduções temáticas, metodológica e técnica e de índices temáticos, onomásticos e topográficos.

Historicamente seu sentido situa-se no século XIX, nos parâmetros da Filosofia e Historiografia positivistas, na preocupação com as nacionalidades, ou seja, no surgimento das instituições a serviço da cultura, da pesquisa, do culto aos símbolos nacionais e da organização burocrática. No Brasil, surgiram a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essas duas últimas, que contavam com o apoio do Imperador D. Pedro II, se preocuparam sobremaneira com os documentos de interesse para o Brasil, que se encontravam no exterior.

O Arquivo Histórico Ultramarino

O AHU, como é chamado, está instalado no Palácio da Ega em Lisboa, foi criado em 1931 para atender a necessidade de reunir toda a documentação sobre a administração ultramarina portuguesa. Relativamente ao Brasil, as fontes de informações (troca de correspondência entre as autoridades locais e o poder central na metrópole) revelam-se em cerca de 2200 caixas de documentos avulsos, em mais de 800 códices, bem como, nas colecções de iconografia e cartografia. Trata-se de um acervo de valor incalculável, dada a sua diversidade temática. São todas as espécies de documentos (leis, regimentos, instruções, mapas, etc.) concernentes aos mais de trezentos anos da colonização (administração colonial) portuguesa no Brasil (Abrantes, 1997; Abrantes e Martinheira, 2002).

A documentação manuscrita, que faz parte principalmente dos fundos do Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833) e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (1834 a 1910) refere-se a uma variedade de assuntos, tais como: legislação para a administração dos territórios brasileiros; levantamentos geográficos e

topográficos; colonização, povoamento e concessão de terrenos; construção de obras públicas, religiosas, civis e militares; demarcação de fronteiras; defesa de territórios; explorações de recursos naturais e agrícolas; explorações marítimas e terrestres; saúde e saneamento; transportes e comunicações; relações de guerra, diplomáticas e consulares; tráfico de escravos; aspectos etnográficos (informações sobre a terra, os nativos, seus usos e costumes); missões e progressos científicos, etc. (idem).

A “Série” Reino

Nesse momento a equipe do Projeto Resgate descreve os documentos da “série” denominada Reino, composta por aproximadamente 500 caixas, dos séculos XV ao XX, das quais mais de 170 já foram inventariadas. Os seus manuscritos são da metrópole portuguesa e de suas colônias, sendo esta a razão pela qual encontramos papéis do Brasil numa série considerada reinol. Essa documentação está sendo tratada, organizada caixa a caixa, descrita, carimbada e numerada. Está sendo preparado um instrumento de pesquisa que os investigadores têm podido utilizar no AHU até que sejam concluídos os trabalhos e um catálogo dessas fontes seja publicado.

A “série” Reino, denominação utilizada no AHU, é composta por documentos das secretarias de Estado da Marinha e Ultramar, que eram responsáveis pela legislação das colônias portuguesas; dos diplomatas portugueses nas Cortes Europeias; de questões relacionadas à Marinha, como a armação de navios para o Brasil, o armazenamento do açúcar, madeira e tabaco vindo do Brasil e guardados na Casa da Índia; e por outros assuntos referentes à Marinha e Ultramar, nomeadamente as equipes de naturalistas que no século XVIII foram ao Norte e Centro-Oeste do Brasil catalogar animais e plantas.

A sua difusão visa colmatar importante lacuna sobre a documentação avulsa, haja vista que no “Reino” subsiste uma vasta quantidade de documentos relativos ao Brasil.

Fontes Documentais relativas aos Jesuítas na “Série” Reino

Na “série” Reino encontra-se toda a espécie (tipos) de documentos manuscritos que se referem aos jesuítas, documentos que tratam, entre outras coisas, de questões diplomáticas, religiosas e políticas da Companhia de Jesus, da expulsão dos jesuítas dos domínios coloniais portugueses, incluindo o Brasil, dos domínios espanhóis, dos negócios comerciais que os Jesuítas mantinham, da edificação de colégios jesuítas, do sustento dos ex-jesuítas em Roma, do conflito das coroas católicas com a Santa Sé em torno da Companhia de Jesus, das razões da perseguição movida por várias Cortes da Europa contra a Companhia de Jesus, etc.

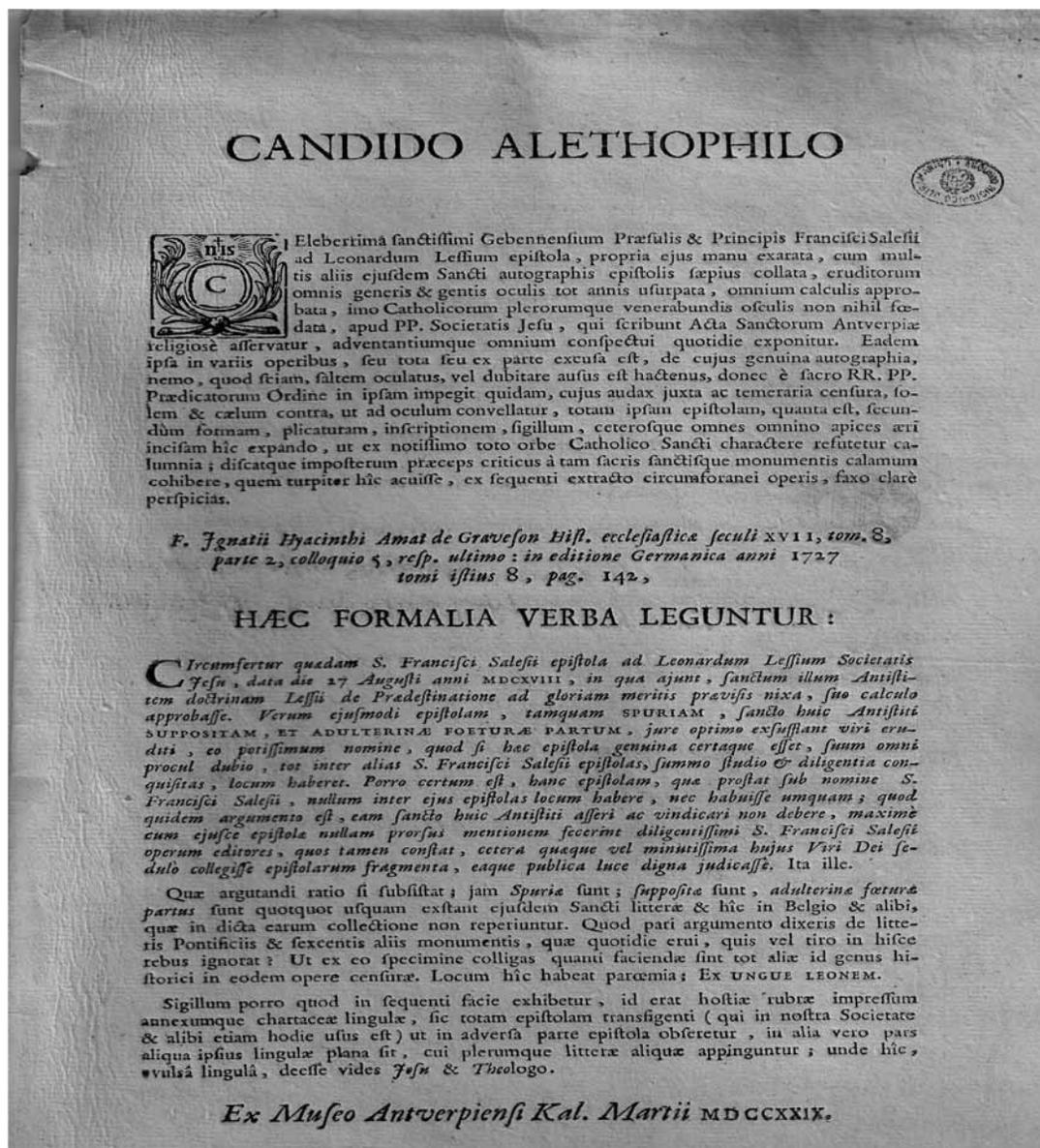


Figura 1 - Documento eclesiástico escrito em Latim relativo à Companhia de Jesus. AHU_CU_Reino_Cx. 214, pasta 2.

Nesse artigo optamos por apresentar os documentos relativos aos jesuítas apenas da “série” Reino, pois para as outras “séries” já existem catálogos publicados. Até o presente momento foram catalogadas aproximadamente 34% das caixas que compõem essa série. Nesse sentido, o que apresentamos é uma amostra. Vale referir as caixas não foram catalogadas de acordo com a sua ordem cronologia, ou seja, foram escolhidas “aleatoriamente” pelo que se depreende que existirão mais algumas dezenas de fontes relativas aos jesuítas na “Série” Reino de diferentes períodos. Os documentos que apresentaremos vão do ano de 1624 a 1801, são em número de 40, de várias tipologias, e sem os seus manuscritos anexos. A seguir, apresentamos um mapa dessa documentação, que foi construído tendo como base a ordem cronológica das caixas.

Data e Local	Tipologia	Remetente, Destinatário e Assunto	Cota AHU_CU_Reino
1639, Nov., 9, Lisboa	Consulta	Do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III] sobre o requerimento do procurador geral da Companhia de Jesus na província do Paraguai, padre Francisco Dias Taño, pedindo para não embarcar no navio que regressava àquela província, passando pelo Brasil e pelo porto de Buenos Aires, levando alguns padres e irmãos daquela companhia.	Cx. 10, pasta 36.
1644, Ago., 17 – 1651, Jul., 19, Lisboa	Consulta	Do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre o requerimento dos padres da Companhia de Jesus do Colégio de São Paulo a respeito de uma restituição que o escrivão do Desembargo do Paço, Jacinto Fagundes, recusava-se a fazer, sem que fosse dada conta à Mesa do Desembargo do Paço.	Cx. 11-A, pasta 19.
1648, Ago., 21, Évora	Carta Régia	Do rei D. João IV ao Provincial da Companhia de Jesus sobre notícias que havia recebido dos embaixadores portugueses em Roma, a respeito de questões havidas entre o reitor do Colégio dos jesuítas e os inquisidores naquela cidade.	Cx. 11-A, pasta 23.
[ca. 1738]	Requerimento	De Sebastião José de Carvalho e Melo ao rei [D. João V] mencionando os méritos de seu tio, o arcebispo da Companhia de Jesus, Principal Paulo de Carvalho de Ataíde, que servira como deputado da Mesa da Consciência e Ordens, como provedor e administrador das capelas do rei D. Afonso IV, das mercearias de Belém e do colégio dos órfãos.	Cx. 17, pasta 9.
1772, Set., 6, Portalegre	Ofício	Do [corregedor de Portalegre] Bento José de Campos, remetendo a relação das capelas que se achavam na igreja do Colégio de São Sebastião de Portalegre, que tinha sido dos jesuítas, proscritos do Reino.	Cx. 17, pasta 23.
1801, Ago., 6, Lisboa	Ofício	De Januário Lopes da Silva sobre as providências tomadas para a construção do Hospital da Marinha, no lugar onde se havia iniciado a construção do hospício para os jesuítas.	Cx. 21, pasta 8.
1749, Jun., 11 – [ant. 1750] [Lisboa]	Ofício (2)	Do [desembargador do Paço] frei Sebastião Pereira de Castro [ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Pedro da Mota e Silva] sobre as condições impostas pelos padres da Companhia de Jesus aos irmãos de Nossa Senhora do Paraíso [em Lisboa] para edificarem o colégio de São Francisco Xavier na ermida da mesma evocação.	Cx. 22, pasta 6.
1761, Ago., 8 – 1765, Fev., 28	Ofício, Breve, Ordem e Parecer (8 Cópias)	entre outros, sobre o conflito das Coroas católicas com a Santa Sé em torno da Companhia de Jesus.	Cx. 22, pasta 8.
[post. 1773, Ago., 16 -post. 1786, Dez.]	Relação	De despesas e pagamentos feitos com o vestuário, sustento, subsistência, e consignações subministradas aos religiosos portugueses da extinta Companhia de Jesus que residiam nos Estados Pontifícios.	Cx. 22, pasta 10.

1787, Jun., 7, Lisboa	Ofício	do [ministro assistente ao despacho e presidente do Erário Régio] marquês de Angeja [D. Pedro José de Noronha Camões de Albuquerque Moniz e Sousa] ao [secretário de Estado do Reino e Mercês] visconde da Vila Nova de Cerveira [D. Tomás Xavier de Lima] entre outros, sobre as cômguas para a assistência dos ex-jesuítas portugueses residentes nos Estados Pontifícios	Cx. 22, pasta 19.
1787, Out., 1, Roma	Ofício	De José Pereira Santiago ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre o pagamento que deveria ser feito aos ex-jesuítas portugueses que residiam em Roma.	Cx. 22-A, pasta 34.
1773, Jan., 6	Recibo	Do frei da Ordem dos Pregadores e prior do Convento de Nossa Senhora da Luz da Vila do Pedrógão Grande, José de Santa Ana e Horta, ao oficial maior da Secretaria de Estado [da Marinha e Ultramar?] João Gomes Araújo, relativo ao recebimento de uma quantia para o sustento do padre jesuíta João de Noronha, que se achava naquele mesmo Convento.	Cx. 40, pasta 18.
[ant. 1776, Jan., 24]	Requerimento	[do prior do Real Convento de São Gonçalo de Amarante da Ordem dos Pregadores ao rei [D. José] solicitando recebimento de uma quantia para o sustento do padre jesuíta, Joaquim Xavier, que se achava naquele mesmo Convento	Cx. 40, pasta 19.
[ant. 1777, Nov., 20]	Requerimento (3)	À rainha [D. Maria I] o primeiro, do Padre Vigário Geral, visitador provincial da Ordem dos Pregadores, que se achava no Convento de Nossa Senhora da Luz da Vila do Pedrógão, e o segundo, do prior do Convento de S. Domingos da mesma vila, ambos relativos ao recebimento de uma quantia destinada ao sustento do padre jesuíta João de Noronha, que se achava naquela vila, o terceiro, do prior do Real Convento de São Gonçalo, solicitando o recebimento do sustento do padre jesuíta Joaquim Xavier, que ali se encontrava.	Cx. 40, pasta 20.
[ant. 1624, Jan., 25 – ant. 1630, Nov., 23]	Requerimento	Dos padres jesuítas [Cornélio] da Rocha e Guilherme da Cruz ao rei [D. Filipe III] solicitando ordinárias.	Cx. 41, pasta 16.
[ant. 1750]	Copla (? Minutas)	Dirigidas ao padre José Cardiel da Companhia de Jesus sobre os tormentos de quem peca.	Cx. 41, pasta 29.
1764, Jul., 20, Madrid	Ofício	Do fiscal do Conselho Civil de Castela, D. Pedro Rodrigues Campo Maior, ao Conselho Real, sobre o pedido de permanência dos jesuítas franceses em terras espanholas.	Cx.48, pasta 28.

[1780, Jul., 17, Lisboa]	Ofício	Do ajudante do contador geral da Corte, Joaquim José de Sousa, ao presidente do Real Erário, marquês [de Ponte de Lima, D. Francisco Xavier de Lima] sobre a transferência monetária anual do Cofre dos Bens Confiscados, estabelecido no Real Erário, para o da Câmara Apostólica, em letras de câmbio ou em dinheiro para pagamento das despesas com o sustento dos ex-jesuítas assistentes nos Estados Pontifícios, e depois da sua extinção, para permanecer aos cuidados do Cardeal [Palota] tesoureiro daquele Cofre.	Cx. 48-A, pasta 1.
[post. 1760, Jul.,]	Auto de Defesa (Cópia)	De Nicolò Pagliarini, subscrito pelo advogado Filippo Barberi, em processo referente à impressão de libelos anti-jesuíticos.	Cx. 125, pasta 40.
[post. 1767, Mai., 9]	Memória	[de Aires de Sá e Melo] sobre as razões da perseguição movida por várias Cortes da Europa contra a Companhia de Jesus.	Cx. 125, pasta 42.
[1784, Jun., 30, Lisboa]	Escrito (Minuta)	Do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo Castro, ao [secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra] Aires de Sá e Melo, sobre as pensões dos sacerdotes e leigos da extinta Companhia de Jesus [assistentes em Roma].	Cx. 125, pasta 48.
1800, Jul., 8, Lisboa.	Ofício	Do governador e capitão general da Ilha da Madeira, José Manuel da Câmara, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, solicitando, entre outros, o aproveitamento do colégio dos antigos jesuítas para armazéns.	Cx. 156, pasta 7.
[1799, Out., 2 – 15, Lisboa]	Escrito	Do [secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho] ao [oficial-maior da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar] João Filipe da Fonseca, sobre entendimentos com o chanceler do Rio de Janeiro sobre a venda da Fazenda Santa Cruz [dos jesuítas].	Cx. 177, pasta 6.
1792, Ago., 18 – Ago., 31, Viseu, Vl. Do Conde, Chaves	Ofício	Do tenente-coronel, engenheiro, Tomás de Vila Nova e Sequeira, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre as obras que se faziam na casa que tinha sido dos jesuítas em Vila Viçosa.	Cx. 183, pasta 10.
1790, Abr., 20 – 1800, Jan., 20, Lisboa, Faro, Penha Longa, Borba	Ofício	De Paulo Jorge ao [ministro plenipotenciário de Portugal em Roma] D. João de Almeida de Melo e Castro, entre outros, sobre a remessa de cinco contos de réis para os padres da Companhia de Jesus.	Cx. 189, pasta 5.
1729, Mar. – 1798, Dez., 27, Roma	Memória, Bula, Breve Papal, Documento Eclesiástico (27)	Sobretudo do pontificado de Clemente XIII (1758-1769) com o qual Portugal teve a questão em torno da expulsão dos jesuítas.	Cx. 214, pasta 2.

1730, Jun., 6 – Ago., 8, Génova	Ofício (5)	Do padre jesuíta Francesco Zambini ao embaixador de Portugal junto à Santa Sé, conde das Galveias, André de Melo e Castro, aludindo ao conclave que se realizava em Roma e dando notícias sobre assuntos eclesiásticos.	Cx. 214, pasta 3.
1768, Fev., 5, Madrid	Ofício (Minuta)	Do [embaixador de Portugal na Espanha, Aires de Sá e Melo] ao [secretário de Estado do Reino e Mercês] conde de Oeiras [Sebastião José de Carvalho e Melo] sobre contactos com o Geral espanhol da Província de São Francisco e suas diferentes sensibilidades a respeito da questão dos jesuítas.	Cx. 252, pasta 9.
1786, Out., 10 – [ant. 1801] Lisboa	Carta Particular (28)	Do [negociante] Paulo Jorge ao [ministro de Portugal nas Cortes de Roma e de Londres] D. João de Almeida de Melo e Castro, sobre pagamentos de despesas diversas, entre elas, as cômguas dos ex-jesuítas.	Cx. 260, pasta 15.
[1756, Jan., 17 – Mar., 13, Lisboa]	Ofício	Do [provedor da Casa da Índia] Bernardo de Almada Castro e Noronha, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a forma como o provincial da Companhia de Jesus tinha recusado-se a substituir um capelão nomeado para a galera São Tomé, destinada à Moçambique.	Cx. 269, pasta 7.
[post. 1735, Jan., 20]	Lista	Dos pagamentos que os padres da Companhia de Jesus tinham feito a tabeliães por conta de escrituras públicas.	Cx. 295, pasta 1.
1744, Fev., Lisboa	Despacho	[do Conselho Ultramarino] mandando juntar os papéis dos padres da Companhia de Jesus a que se referiam as anotações do documento anexo a uma determinada informação, para que o procurador da Fazenda pudesse vê-los.	Cx. 297, pasta 35.
[1771, Jul., 17, Oeiras]	Informação	Do comandante Manuel da Silva [Álvares] dando conta da assistência que tinha prestado, à semelhança do praticado com os ex-jesuítas, a três espanhóis que estavam presos no Forte de São Julião da Barra.	Cx. 297, pasta 55.
1779, Set., 11, Lisboa	Carta Particular (Cópia)	Do ex-jesuíta Lourenço Kaulen para o ex-jesuíta, assistente no Seminário Episcopal de Coimbra, José da Silva, com notícias da Corte e novidades sobre o marquês de Pombal [Sebastião José de Carvalho e Melo].	Cx. 297, pasta 71.
1730, Ago., 1, Génova – 1731, Mar., 20, Génova.	Ofício (7)	Do padre jesuíta Pier Francesco Zambini a um superior sobre fatos políticos e eclesiásticos, e Miguel Lopes Rosa.	Cx. 347, pasta 6.
1729, Mar.	Ofício (Cópia)	Em latim do jesuíta, padre Francisco Gebennesio ao seu superior padre Leonardo Lessio.	Cx. 364, pasta 4.
1755	Lista	De materiais da missão jesuítica de Iapejú, na América Espanhola e anotações pertencentes à Companhia de Jesus.	Cx. 364, pasta 7.

1758, Mai., 21, Roma	Ofício	Do padre jesuíta, Lourenço Richi ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real, anunciando a sua designação para Preposito Geral da Companhia de Jesus.	Cx. 364, pasta 9.
1767, Jan. – 1770, Ago., 8, Madrid	Ofício (Minuta)	Do [embaixador de Portugal na Espanha, Aires de Sá e Melo] ao [secretário de Estado do Reino e Mercês] conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo] dando contas da ordem da expulsão dos padres jesuítas da Espanha.	Cx. 364, pasta 19.
1775, Abr., 2, Buckebourg – 1795, Ago., 28, San Sebastian.	Ofício (28)	Ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, de diplomatas, militares e outras autoridades estrangeiras, entre outros, tratando de questões diplomáticas, religiosas, políticas, e da expulsão da Companhia de Jesus.	Cx. 364, pasta 21.

Considerações Finais

A história dos jesuítas, apesar de existirem inúmeros estudos, ainda requer investigação, com novas abordagens e novas fontes, já que se reconhece que a História nunca se esgota. Com o objectivo de contribuir para essas histórias, nesse artigo buscamos apresentar e divulgar uma série de documentos manuscritos, que porque estão num arquivo, digamos, vocacionado para a administração colonial, tendem a não ser integrados aqueles que comumente são usados nos estudos relativos à Companhia de Jesus. Trata-se de uma documentação importante, porque é heterogénea em termos de tipologia e limite cronológico. Tematicamente é relevante porque abarca vários aspectos da Companhia, como o educativo, o económico, o social, etc. A inserção dessa documentação no seu contexto histórico e nas investigações futuras poderá proporcionar um conhecimento mais completo da história da Companhia de Jesus.

Não foi objectivo desse artigo qualificar os jesuítas e a sua actuação, ou seja, não pretendemos fazer propriamente uma análise do seu significado. Pretendemos tão-somente “apresentar” os documentos que até o momento foram catalogados pelo Projeto de Documentação Histórica “Resgate”, relativos à Companhia que existem na “Série Reino” do Arquivo Histórico Ultramarino. Esperamos que o próprio leitor confronte esses documentos com outros provindos de outras instituições, de modo a poder, ele sim, criticar e discutir o assunto, afim de que possamos aproximar-nos cada vez mais da “verdade” relativa à história dos jesuítas, ou da civilização brasileira.

Referências:

- Abrantes, M. (1997). Fontes para a história do Brasil colonial existentes no arquivo histórico ultramarino. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol. 10, nº 1, pp. 1-12, Jan./Jun.
- Abrantes, M; Martinheira, S. (2002). A modernização do arquivo histórico ultramarino e a valorização do património documental. *Africana*, nº 24.

- Barcellos, J. (2007). Os jesuítas na terra dos brazis. *Jornal A Página da Educação*, ano 16, n° 173, dez. 2007, p. 26-30.
- Bellotto, H. (2005). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Catroga, F. (2006). Secularização e laicidade: a separação das igrejas e da escola, in J. Pintassilgo e col. (orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, Centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, pp. 13-40.
- Costa, J.; Lima, J. (2008). Educação jesuítica e dualidade social: um olhar sobre as práticas educativas formais no Brasil-colônia. *Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN)*, v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais
- Dias, E. (2005). O marquês do Pombal e as companhias de comércio: as singularidades do caso pernambucano. *Porto: Revista Polígrafia – n° 11/12*, Centro de Estudos Pinho Brandão, pp. 261-274.
- Dias, E. (2007). Laços culturais luso-brasileiros: a singularidade do projecto resgate. *Jornal “a Página”*, ano 16, n° 163, Janeiro 2007, p. 42.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Consultado em 28/12/2009. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/Default.aspx>
- Ferrer, F. (1998). O marquês do Pombal e a instrução pública em Portugal e no Brasil (Século XVIII). *Clio, Revista de Pesquisa Histórica – n° 18*, pp. 77-91.
- Franco, J. (2007). O mito dos jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX). Lisboa: Gradiva Publicações.
- Freire, L. (2007a). O projeto resgate e a história da educação brasileira: pontos de convergência. *Jornal da Ciência e-mail 3232*, de 28 de Março de 2007. Consultado em 13/04/2008: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=45714>
- Freire, L. (2007b). A escola dos jesuítas e a escola de Pombal: particularidades que ajudam a compreender a educação brasileira. Publicado nas actas e apresentado no IV Congresso Luso-brasileiro de Política e Administração da Educação e III Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Schwanitz, D. (2006). *Cultura: tudo o que é preciso saber*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Teixeira, O.; Cordeiro, R. (2008). Educação jesuítica: objectivo, metodologia e conteúdo nos aldeamentos indígenas do Brasil colônia. *Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN)* v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais
- Vainfas, R. (2000). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva.